



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

121) Sobre os efeitos da condenação aponte a alternativa correta de acordo com o texto legal.

- a) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é efeito da condenação.
- b) a perda em favor da União, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, com a ressalva do terceiro de boa-fé também é efeito da condenação.
- c) a perda do emprego também é efeito da condenação.
- d) a inabilitação para dirigir veículos, quando utilizado como meio para prática de crime doloso é efeito da condenação.

RESPOSTA: C. Pois não está de acordo com o texto do artigo 92, I, do CP, porque a lei somente fala da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, nada falando de emprego.

122) Sobre a reabilitação, aponte a assertiva que corresponda ao texto do Código Penal.

- a) pode ser requerida, decorridos cinco anos do dia em que for extinta, de qualquer forma, a pena ou terminar sua execução.
- b) não alcança todas as penas aplicadas em sentença definitiva.
- c) não assegura ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação em virtude do princípio da publicidade.
- d) a reabilitação é concedida se o requerente (condenado) tiver domicílio no País no prazo acima referido .

RESPOSTA: D. Porque está de acordo com o artigo 94, I, do CP, sendo que a lei exige como tempo de domicílio no País (Brasil) o prazo de dois anos.

123) Aponte a alternativa incorreta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) sujeição a tratamento ambulatorial é espécie de medida de segurança.
- b) a ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- c) a representação será irretratável a qualquer tempo.
- d) o perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento.

RESPOSTA: C. Pelo fato de estar em desconformidade com o artigo 102, do CP, o qual prevê que a representação é irretratável depois de oferecida a denúncia e não a qualquer tempo.

124) Sobre o perdão do ofendido, de acordo com o texto do Código Penal aponte a correta

- a) se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
- b) se concedido por um dos ofendidos, o direito dos outros fica prejudicado.
- c) produz efeito mesmo que o querelado o recuse.
- d) é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória, ocasião esta que os efeitos da condenação e seu registro ficam excluídos.

RESPOSTA: A. Pois está de acordo com o artigo 106, I, do CP.

125) Não extingue a punibilidade do agente

- a) a morte do agente.
- b) a anistia, a graça ou o indulto
- c) o perdão aceito pelo agente
- d) a morte do ofendido (vítima).

RESPOSTA: D. Porque a morte da vítima não está incluída no rol do artigo 107, do Código Penal. Somente a morte do agente infrator, pois a pena não pode ultrapassar da pessoa do condenado (artigo 5º, XLV, da Constituição Federal).

126) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. De acordo com o texto do artigo 109 aponte a alternativa incorreta sobre os prazos de prescrição.

- a) prescreve em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze.
- b) prescreve em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze.
- c) prescreve em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois e não excede a quatro.
- d) prescreve em quatro anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

RESPOSTA: D. Porque a assertiva combina os prazos dos incisos V e VI, sendo que o crime prescreve em quatro anos se o máximo da pena é igual a um ano e não excede a dois. Crimes apenados com pena de até um ano prescrevem em três, conforme inciso VI, do artigo 109, o qual foi modificado a sua redação pela Lei 12.234/ 2010

127) Não é considerada causa interruptiva da prescrição.

- a) o oferecimento da denúncia ou da queixa.
- b) a pronúncia.
- c) a reincidência
- d) pela decisão confirmatória da pronúncia.

RESPOSTA: A. Porque o texto legal fala que o recebimento da denúncia ou da queixa (pelo Juiz) interrompe a prescrição e não o seu simples oferecimento.

128) Aponte a incorreta

- a) interrompida a prescrição, salvo pelo início ou continuação do cumprimento de pena, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.
- b) as penas mais leves prescrevem antes das mais graves.
- c) a sentença que concede perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- d) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

RESPOSTA: B. Porque o Código Penal afirma que as penas mais leves prescrevem (junto) com as mais graves, conforme artigo 118.

129) Sobre o crime de atentado contra a liberdade de trabalho, assinale a incorreta

- a) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a trabalhar durante certo período ou em determinados dias.
- b) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a não exercer arte ou profissão.
- c) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a abrir o seu estabelecimento de trabalho.
- d) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a pedir demissão do emprego.

RESPOSTA: D. Porque tal conduta não é prevista nos incisos do artigo 197, do CP.

130) Aponte a alternativa correta sobre os crimes contra a organização do trabalho previstos nos artigos 197 a 207 do Código Penal.

- a) pune quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho.
- b) pune quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar de comissão de conciliação prévia.
- c) pune quem participa de suspensão ou abandono coletivo de trabalho.
- d) pune quem participa de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra privada ou serviço de interesse particular.

RESPOSTA: A. Pois está em conformidade com o artigo 198, do CP.